



QUALIDADE DA VINCULAÇÃO E COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL NA INFÂNCIA

Brigite Micaela Henriques

Professora Assistente no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Portugal
brigitehenriques@hotmail.com

Fecha de Recepción: 1 Febrero 2014

Fecha de Admisión: 30 Marzo 2014

ABSTRACT

The parent-child attachment is considered highly relevant to the development of prosocial and antisocial behavior. Even though the social changes, the family has been considered as a decisive factor in the development of disruptive behaviors. Research has sought to understand if the quality of the attachment established with the attachment figures (usually the parents) is or isn't associated with future disruptive behaviour disorders in children. This article is a literature review, whose main purpose is to synthesize some of the studies, to understanding and explaining the relationship between attachment and behavior disorders in children.

Keywords: attachment; antisocial behavior

RESUMO

Os laços afectivos entre as crianças e os pais são considerados bastante relevantes para o desenvolvimento do comportamento pró-social e antissocial. Apesar das mudanças sociais, a família tem sido considerada como um factor decisivo no desenvolvimento de comportamentos disruptivos. A investigação tem procurado compreender se a qualidade da vinculação estabelecida com as figuras de vinculação está ou não associada a futuros comportamentos disruptivos das crianças. Este artigo assenta na revisão da literatura, cujo objectivo consiste sintetizar alguns dos estudos realizados, para a compreensão e explicação da relação entre a vinculação e os problemas de comportamento da criança.

Palavras-chave: vinculação; comportamento antissocial

INTRODUÇÃO

Os estudos pioneiros de John Bowlby (1944) com jovens delinquentes institucionalizados começam a delinear a concepção de que disrupções no relacionamento mãe-bebé constituir-se-iam



como precursores de psicopatologia futura. Somente no contexto do pós Segunda Guerra Mundial é que são criadas as condições ideais para que Bowlby desenvolvesse conceptualmente a sua linha de investigação, ao enfatizar a importância dos efeitos negativos da privação dos cuidados maternos (Guedeney, 2004; Soares, 2007).

A teoria da vinculação desde sempre se esforçou por atender a um paradigma compreensivo e explicativo do comportamento disruptivo, traumático e desviante (Atkinson, 1997). Nos últimos anos verifica-se um aumento do interesse da parte dos técnicos sobre o papel que a vinculação poderá ter na etiologia de comportamentos de risco, nomeadamente na delinquência, maus-tratos e comportamentos antissociais (Ainsworth & Bowlby, 1991; Cicchetti et al., 1995; Toth et al., 2002, cit. Machado, 2004).

QUALIDADE DA VINCULAÇÃO E COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL

A teoria da vinculação defende a existência de alguns processos específicos subjacentes ao desenvolvimento ou à manutenção do comportamento antissocial das crianças (Johnstone & Cooke, 2002).

DeKlyen e Speltz (2001) descreveram estes mecanismos, da seguinte forma: 1) é possível que muitos dos comportamentos disruptivos precoces (e. g. birras, agressão e desobediência) funcionem como estratégias orientadas para a vinculação, que a criança exhibe numa tentativa de ganhar atenção e/ou proximidade do adulto que cuida dela; 2) nas interações entre pais e filhos, caracterizadas por hostilidade e agressão, a criança desenvolve modelos de relação cognitivo-afectivos, que assentam na incerteza, raiva, ansiedade e medo; 3) a vinculação afecte os processos motivacionais envolvidos nas interações sociais. Interações calorosas entre pais e filhos e “responsividade” da mãe promovem um contexto positivo de educação; 4) o impacto dos problemas de vinculação na capacidade da criança para regular o seu nível de activação emocional - a criança começa por regular as suas emoções no contexto das interações precoces com os pais, em que estes podem ser incapazes de responder às solicitações do filho, podem ser incapazes de reforçar e facilitar a capacidade deste para regular a sua exposição à estimulação, assim, a criança pode ser deixada como um relatório comportamental imaturo, um relatório que pode incluir birras, oposição, agressão e outros comportamentos indesejáveis; 5) a cognição que a criança tem dos seus próprios estados mentais e dos estados mentais dos outros, bem como pela sua capacidade de reflexão, ou seja, a sua teoria da mente.

Maccoby e Martin (1983) revelam que os factores contextuais positivos aumentam a probabilidade de ocorrerem comportamentos de obediência por parte da criança e promovem o desenvolvimento do controlo interno na criança (Johnstone & Cooke, 2002).

Bowlby (1969; 1973; 1975) enfatizou que a vinculação torna-se evidente quando uma criança está fortemente inclinada para procurar proximidade ou contacto com uma pessoa específica, normalmente um dos pais, em situações de ansiedade, stresse, doença ou fadiga. No seu estudo de 44 jovens envolvidos em furtos, Bowlby (1944) antecipou o papel da vinculação no desenvolvimento do comportamento antissocial, identificando as experiências de separação na infância, bem como o carácter não afectivo que estas experiências induziram em crianças, como importantes factores etiológicos (van IJzendoorn, 2002).

O interesse pela qualidade das relações primárias justifica-se pela constatação da continuidade (ou descontinuidade) dos comportamentos disruptivos ao longo do desenvolvimento e pela ineficácia dos programas clássicos de intervenção em crianças com problemas de comportamento e nos adolescentes com comportamentos disfuncionais crónicos (Tremblay et al., 2000).

Para Aguilar, Sroufe, Egeland e Carlson (2000), existem evidências empíricas substanciais que relacionam aspectos do desenvolvimento precoce (qualidade da vinculação, hostilidade parental,



depressão materna, maus tratos sofridos), com o desenvolvimento de padrões de comportamento antissocial.

As diferentes organizações da vinculação traduzem estratégias da criança lidar com a relação com figuras significativas, nomeadamente nos momentos mais difíceis para ela (quando a criança necessita de uma fonte de segurança). Deste modo, a organização da vinculação tem repercussões em diferentes domínios do desenvolvimento, pois a abertura para os outros e para o mundo depende significativamente da segurança da vinculação da criança com a(s) figura(s) de vinculação (Machado, 2004).

Vários factores contextuais podem determinar por que é que algumas pessoas atravessam a fronteira da criminalidade, enquanto que outros indivíduos com passados semelhantes se mantêm afastados do comportamento delinvente. A estabilidade do comportamento antissocial e da segurança da vinculação desde a infância até à idade adulta realça a importância dos estudos longitudinais sobre a vinculação e sobre o comportamento agressivo (van IJzendoorn, 2002).

Waters e colaboradores (1995) estudaram uma amostra de 50 famílias da classe média e aferiram uma estabilidade da vinculação considerável durante um período de 20 anos. Numa amostra mais pequena de 30 adolescentes originários de várias famílias, Hamilton (1994) verificou que a maioria dos sujeitos apresentavam estabilidade na segurança da vinculação durante os primeiros 17 anos de vida (van IJzendoorn, 2002).

O comportamento antissocial também apresenta uma grande estabilidade, desde os primeiros anos da infância até à vida adulta (Fonseca, 2002).

A investigação tem procurado compreender se a qualidade da vinculação estabelecida com a mãe está ou não associada a futuros comportamentos adequados ou inadequados da criança – isto é, quais as diferenças comportamentais entre crianças com uma organização da vinculação segura e insegura (Johnstone & Cooke, 2002).

ORGANIZAÇÃO DA VINCULAÇÃO SEGURA E COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL

A investigação empírica sobre a vinculação na infância e adolescência tem dado suporte à noção de que a segurança da vinculação contribui para trajetórias de desenvolvimento adaptativas, funcionando como um efeito protector (Jongenelen, 2004).

Estudos concluem que, as crianças seguras, ao entrarem para a escola, apresentam mais recursos psíquicos e mais competências sociais e de exploração comparativamente às crianças inseguras (Machado, 2004). Neste sentido, quanto maior a segurança da vinculação da criança à mãe, menos problemático será para a criança tornar-se independente desse adulto, bem como o estabelecimento de boas relações com os outros. A relação entre a vinculação e as características observadas anos mais tarde sublinha a continuidade do desenvolvimento emocional, cognitivo e físico (Borges, Santos, Veríssimo & Freitas, 2006). Assim, crianças pequenas com uma organização da vinculação segura são mais sociáveis com os pares e as suas aproximações têm mais probabilidade de serem aceites do que as crianças inseguramente vinculadas (Main et al., 2005).

Entre os três e os cinco anos, as crianças seguras são mais curiosas, competentes, empáticas, resilientes, auto-confiantes e têm mais tendência para formar relações de amizade próximas (Cassidy, 1999).

Num estudo longitudinal, crianças com modelos de vinculação segura aos sete anos foram posteriormente avaliadas pelos professores (aos nove, doze e quinze anos) como mais atentas e participativas, com melhores resultados escolares e parecendo mais seguras de si próprias do que crianças com padrões inseguros de vinculação (Lyons-Ruth et al., 1999).

Estudos de Main e colaboradores (2005) verificam que, por exemplo, crianças com seis anos de idade com vinculação segura (aquando bebês), ao serem avaliadas com o «Separation Anxiety



Test» de Kaplan, dão respostas construtivas face a uma suposta separação entre a criança e a figura de vinculação (mãe/pai). Por outro lado, crianças com vinculações desorganizadas tendem a fornecer respostas assustadas.

Uma vinculação segura entre pais e filhos facilita o envolvimento de relações interpessoais positivas, prevenindo o comportamento antissocial, devido ao conhecimento que o indivíduo tem do impacto do seu comportamento nos outros. As crianças com um conhecimento deficitário dos seus estados mentais podem estar menos aptas a reconhecer e utilizar a perspectiva dos outros: esta falta de empatia aumenta a probabilidade da criança violar os direitos de outros e, assim, aumentar o risco de se envolver em comportamentos antissociais (van IJzendoorn, 2002).

Sroufe (1989) observou que as crianças com uma história de vinculação segura eram significativamente diferentes das crianças com histórias de vinculação insegura na sua competência demonstrada no relacionamento com os colegas, designadamente no comportamento agressivo e na dependência em relação ao grupo de colegas (cit. Sroufe et al., 2005).

Wartner e colaboradores (1994) referem que as crianças com vinculação segura são as que apresentam maior empatia para com a figura de vinculação e maior empatia em situações com os colegas. Num estudo longitudinal, observaram que as crianças avaliadas como seguras apresentam maior concentração no jogo, são mais amigáveis nas interações e envolvem-se menos em conflitos, sendo ainda, quando estes conflitos ocorriam, mais competentes a resolvê-los (Main et al., 2005).

Em suma, uma organização da vinculação segura sugere o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais (Machado, 2004).

ORGANIZAÇÃO DA VINCULAÇÃO INSEGURA E COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL

Uma componente central do modelo criminológico de Hirschi (1969) é a constatação que as vinculações inseguras com os pais levam a ligações frágeis com figuras de autoridade e a uma falta de identificação com a ordem social e moral (van IJzendoorn, 2002). Desta forma, o referido autor comprovou que a essência da interiorização de normas reside na vinculação do indivíduo aos outros, embora o seu trabalho mais recente (com os autores Gottfredson & Hirschi, 1990) tenha colocado a ênfase no papel fundamental da falta de autocontrolo (Fonseca e Simões, 2002).

As crianças inseguras são mais inibidas, têm um comportamento de hostilidade para as com as outras e podem desenvolver dependência durante os anos escolares (idem); são menos competentes nas relações com os pares, mais receosas face ao estranho, mais dependentes dos adultos, tendo maior tendência para problemas de comportamento (retirada social) e uma forte ansiedade (Martins, 2005).

As relações de vinculação inseguras são um factor de risco no desenvolvimento do comportamento antissocial grave. Começando com a constatação de que muitas das relações vítima-criminoso envolvem amigos íntimos, parentes ou companheiros, Mawson (1980) sugeriu que o comportamento violento e homicida é, muitas vezes, uma expressão da tendência para procurar a proximidade de pessoas familiares sob condições de stress, mesmo quando essas pessoas são fonte de stress. Nesta perspectiva, os danos infligidos às vítimas são uma consequência não planeada das tentativas do criminoso para estabelecer contacto íntimo quando a figura de vinculação rejeita a aproximação (van IJzendoorn, 2002).

Estudos de crianças com comportamentos disruptivos e desafiantes, na idade pré-escolar, mostraram que a agressão grave e outros problemas de comportamento estão relacionados com a vinculação insegura nas mães e com a vinculação insegura nos filhos. Resumindo, o comportamento agressivo das crianças pode ser um fenómeno que acompanha a transmissão intergeracional dos padrões de vinculação insegura (van IJzendoorn, 2002).



Deklyen (1996) descreveu as diferenças entre as representações de vinculação das mães, num grupo clínico disruptivo, e as representações das mães do grupo de comparação: as mães inseguras estavam hiper representadas no grupo clínico, e a maioria destas mães foi classificada como não tendo ainda resolvido os seus problemas relacionados com alguma importante perda ou com outro qualquer acontecimento traumático (van IJzendoorn, 2002).

Crianças com uma história de vinculação insegura revelaram menos empatia perante o sofrimento dos outros do que aquelas que, cedo na infância, apresentavam uma vinculação segura à mãe. Bem como, as crianças com uma organização da vinculação insegura-evitante eram menos empáticas na idade pré-escolar do que as outras crianças (Sroufe et al, 2005).

Os dados da observação de Renken et al., (1989); Sroufe (1988) e Troy & Sroufe (1987) concluem que, as crianças com uma vinculação insegura-evitante e as crianças com uma vinculação insegura-ambivalente tinham maior probabilidade de ser vítimas do que as crianças seguras (Sroufe et al, 2005).

Os resultados dos trabalhos realizados por Renken, Egeland, Marvinney, Mangelsdorf e Sroufe (1989) apoiaram a predição dos problemas de comportamento agressivo nos rapazes, mas não nas raparigas. Verificaram que, a vinculação insegura-evitante, na infância, predizia a agressão nos rapazes, enquanto que a hostilidade materna constituía um bom preditor da agressão em ambos os sexos. A vinculação insegura evitante e a ambivalente eram preditores de problemas de comportamento de afastamento passivo nos rapazes, enquanto que o estatuto socioeconómico das famílias não tinha qualquer poder preditivo adicional (van IJzendoorn, 2002).

No caso específico da vinculação insegura, e principalmente de vinculação desorganizada, sabe-se que não é rara a conjugação de vários factores (e. g. mães adolescentes, mães sozinhas sem apoios sociais, baixo nível cognitivo das mães/pais, pobreza, vizinhança problemática, violência ou comportamentos antissociais da parte dos pais) que poderão conduzir ao desenvolvimento e perpetuação de problemas de comportamento, como os antissociais (Machado, 2004).

Em relação ao desenvolvimento de problemas de comportamento, especificamente comportamentos agressivos nas crianças em idades pré-escolares, tem-se verificado a maior facilidade com que as crianças com vinculações inseguras estabelecem e/ou suscitam relações disfuncionais com os seus pares. Este facto compreende-se se analisarmos os padrões de comportamento social destas crianças (Machado, 2004).

Visto que a incidência e a prevalência da delinquência violenta atinge o seu pico na adolescência e início da idade adulta e que é mais frequente no género masculino, é necessário uma intervenção precoce e adequada, com base na identificação de padrões inseguros de vinculação em populações consideradas de risco (e.g. Deklyen & Speltz, 2001).

Moffitt e Caspi (2002) destacam que a vinculação tenha efeitos directos no desenvolvimento de problemas de comportamento, mas concluem que a vinculação insegura constitui um factor de risco e que a acumulação dos factores de risco potencia a manifestação de problemas de comportamento – as condutas antissociais.

As crianças com uma organização da vinculação insegura aprendem a não esperar da parte dos outros respostas adequadas às suas necessidades. Consequentemente, as estratégias defensivas que desenvolveram, comprometem as relações com os outros, contribuindo para a manifestação de problemas de comportamento (Machado, 2004).

Crianças inseguras-ambivalentes é frequente que oscilem entre papéis de agressoras ou de vítimas. Estas crianças tentam diversas estratégias para captar o interesse da figura de vinculação (presente mas imprevisível). Elas aprendem que, por vezes, ao insistirem muito, se suplicarem ou fizerem birra, conseguem a atenção da figura de vinculação (Greenberg, 1999).

A energia excessiva que estas crianças dispõem à procura de eventuais sinais de vinculação



impede-as de investir noutras situações, tais como o jogo, o trabalho escolar, comprometendo o seu desenvolvimento intelectual e social (Bigras et al., 2001; Karen, 1998 cit. Machado, 2004).

Crianças com vinculação insegura-evitante apresentam um comportamento de agressão em comparação com outras crianças (Main, 2005).

As crianças caracterizadas pela insegurança-evitamento experienciam um estilo parental marcado pela rejeição e pela intrusão, e suprimem sentimentos de ansiedade em situações stressantes para prevenir uma maior rejeição por parte dos pais. O seu comportamento antissocial pode reproduzir o comportamento dos pais, ao qual estiveram expostas durante anos (van IJzendoorn, 2002).

A criança insegura-evitante sente raiva ou zanga para com a figura de vinculação que a rejeita, mas não pode exprimir esse sentimento (pois se o fizer a mãe ainda a rejeita mais). Como defesa, a criança passa a ignorar os sinais relativos à vinculação (seja de si própria seja de outros) o que irá repercutir nas relações com os colegas da escola. A “raiva” que esta criança sente relativamente à figura de vinculação que a rejeita e não a satisfaz, tenderá a ser dificilmente reprimida (Lyons-Ruth et al., 1999).

DESORGANIZAÇÃO DA VINCULAÇÃO E COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL

A desorganização da vinculação tende a ser uma consequência das experiências da infância marcadas por abuso ou perda das figuras de vinculação (van IJzendoorn, 2002) as quais levam a uma profunda falta de confiança nos outros e em si próprio.

A desorganização da vinculação (por vezes em conjunto com vinculações insegura-evitante) aparece associada à agressão elevada na infância (Lyons-Ruth et al., 1999) e a crimes graves na adolescência (van IJzendoorn, 2002).

Vários estudos documentaram a associação entre desorganização nos primeiros tempos de infância e a agressão no período pré-escolar. Lyons-Ruth, Alpern e Repacholi (1993) examinaram a vinculação aos 18 meses e os problemas de comportamento da criança aos 5 anos de idade. Verificaram que, a vinculação infantil desorganizada era o preditor mais forte do comportamento agressivo contra os colegas, na pré-escola. Para além da desorganização da vinculação, observaram que os problemas psicossociais da mãe (particularmente sintomas depressivos crónicos) também eram fortes preditores da agressão na fase pré-escolar (cit. Lyons-Ruth et al., 1999).

O comportamento agressivo desviante para com os colegas, entre as crianças com vinculações desorganizadas, pode ser o resultado da desorganização combinada com uma estratégia subjacente de vinculação insegura e de evitamento (Lyons-Ruth et al., 1999).

A história da desorganização da vinculação no bebé tem mostrado relacionar-se com vários problemas de comportamento ulteriores, também eles inter-relacionados: a perpetuação de maus tratos aos filhos (Kaufman & Ziegler, 1989; Pianta et al., 1989; Trichett & Susman, 1989; problemas de comportamentos na criança pré-escolar e do ensino básico (Keenan et al., 1998; Shaw & Vondra, 1995); desenvolvimento deficiente do controlo das emoções (Greenberg et al., 1991; Lewis et al., 1997; Maughan & Cicchetti, 2002); problemas de comportamento na adolescência (Claes & Lacourse, 2001; Deklyen & Speltz, 2001; Marcus & Betzer, 1996); problemas a nível da saúde mental no adulto (Canavarro, 1999; Soares, 2000) e problemas no desenvolvimento da capacidade para estabelecer relações (Ainsworth, 1989; Dozier et al., 2001; Roisman et al., 2002; cit. Main, 2005).

A desorganização da vinculação surge com maior incidência em famílias em situações consideradas de risco e, nestas situações, encontram-se fortes correlações entre a vinculação e o desenvolvimento de comportamentos agressivos ou outros problemas externalizados (Lyons-Ruth et al., 1999).

A desorganização da vinculação é vista como significativa no desenvolvimento de problemas de comportamento na infância e adolescência. Desta forma, a análise destas situações torna-se com-



plexa devido à vinculação desorganizada não reflectir uma consistência de comportamentos inter-individuais (Machado, 2004).

PROBLEMAS DE VINCULAÇÃO E OUTROS FACTORES QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL

Sherman (1998) realça que “os factores de risco da família têm um efeito importante no crime”. Todavia, muitos delinquentes tiveram uma infância favorável e que muitas crianças com distúrbios de comportamento não se tornaram criminosos na vida adulta (Le Blanc & Janosz, 2002).

Moffitt (1993) refere que o comportamento antissocial atinge o seu pico durante a adolescência e diminui rapidamente depois dos dezoito anos de idade, sendo que a criminalidade limitada à adolescência é quase um fenómeno normativo, que se observa na grande maioria de adolescentes, nos países ocidentais (Moffitt & Caspi, 2002).

DeVito e Hopkins (2001) demonstram que as mães permissivas de crianças pré-escolares com problemas de comportamento monitorizam menos o comportamento dos filhos, interferem menos na resolução de conflitos, são mais ambíguas e inconsistentes nas respostas aos problemas de comportamento e recorrem mais facilmente à adulação para conseguir que as crianças lhes obedeam. Em oposição, mães demasiado autoritárias caracterizam-se por ser muito negativas e hiper-controladoras para com os filhos de idade pré-escolar. Estas mães são excessivamente exigentes em termos da disciplina que impõem.

Le Blanc e Janosz (2002) apontam vários estudos cujo objectivo consiste em esclarecer as relações entre os vínculos que unem pais e filhos (vinculação, envolvimento em actividades comuns), as coerções internas ou externas (supervisão, punições, regras, legitimidade das regras) e a conduta delinvente (e.g. Hill & Atkinson, 1988; Patterson & Dishion, 1988; Laub & Sampson, 1988; Van Voorhis et al., 1988; Larzeler & Patterson, 1990; Rankin & Wells, 1990; Evans, Kethineni, Cullen, Dunaway & Payne, 1995). Nesta linha, os referidos autores expõem dois modelos explicativos, um para a delinquência juvenil e outro para a criminalidade adulta. No primeiro caso, as coerções (supervisão, punições e regras) predominam na explicação da conduta delinvente. Em contrapartida, no segundo caso, a vinculação do adolescente aos pais e a conduta delinvente na adolescência são os factores explicativos proximais.

Le Blanc (1992) observa que a vinculação aos pais e a supervisão parental têm um impacto directo sobre a delinquência na primeira fase da adolescência, ainda que na segunda fase só a supervisão mantenha essa influência. No mesmo sentido, Selditz (1990) refere que a vinculação aos pais exerce maior influência por volta dos quinze anos (Le Blanc & Janosz, 2002).

Jang & Smith (1997) revelam que a relação entre o controlo parental e a delinquência é recíproca, enquanto que o enfraquecimento da vinculação parece ser mais um resultado do comportamento delinvente; Rankin e Kern (1994) evidenciam que um vínculo sólido com os dois progenitores diminui mais a conduta delinvente que um vínculo sólido com apenas um deles; e a meta-análise de Lipsey e Derzon (1998) indica que o estatuto socioeconómico da família e o comportamento antissocial dos pais, avaliados durante a infância, são os melhores preditores familiares da conduta delinvente grave, entre os doze e os catorze anos, sendo o funcionamento da família (vínculos e disciplina) que assume esse papel (cit. Le Blanc & Janosz, 2002).

Os comportamentos disfuncionais mais graves no decurso dos anos pré-escolares, essencialmente os que envolvem agressão, podem significar o início de problemas de comportamentos que persistirão ao longo de toda a infância. Um dos factores de risco associados à escalada de problemas nestes casos é a vinculação (DeVito e Hopkins, 2001).



CONCLUSÕES

Tanto na psicologia como na criminologia é geralmente aceite que as experiências e as circunstâncias da infância têm uma grande influência no comportamento social subsequente.

Os problemas de vinculação e as relações de vinculação disruptivas podem estar na origem do comportamento agressivo, antissocial e delinvente, na infância, na adolescência e no início da vida adulta (van IJzendoorn, 2002).

Os resultados da investigação empírica, sobre a vinculação na infância e adolescência, evidenciam que uma vinculação segura contribui para trajetórias de desenvolvimento adaptativas, funcionando assim como um factor protector (Jongenelen, 2004). As relações de vinculação inseguras são um factor de risco no desenvolvimento do comportamento anti-social (van IJzendoorn, 2002).

Associada à qualidade da vinculação, o papel das práticas educativas inadequadas e a insatisfação marital são também factores de risco para o desenvolvimento de problemas de comportamento na criança (DeVito e Hopkins, 2001).

O comportamento antissocial não pode ser reduzido a problemas de vinculação na infância. É fortemente influenciado pelo contexto, por factores genéticos e por factores relacionados com a idade. A natureza social, desenvolvimental e genética do comportamento antissocial deveria moderar as nossas expectativas de associações fortes com experiências de vinculação na infância (van IJzendoorn, 2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguilar, B., Sroufe, A., Egeland, B., & Carlson, E. (2000). Distinguishing the earlyonset/persistent and adolescence-onset antisocial behavior types: From birth to 16 years. *Development and Psychopathology*, 12, (pp. 109-132).
- Borges, P., Santos, A. J., Veríssimo, M. & Freitas, M. (2006). Qualidade da Vinculação e Depressão Materna. *VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia da Universidade de Évora*.
- Cassidy, J. (1999). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical implications* (pp. 3-20). New York: The Guildford Press.
- DeKlyen, M. & Speltz, M. (2001). Attachment and conduct disorder. In J. Hill & B. Maughan (Eds.), *Conduct Disorders in Childhood and Adolescence* (pp. 320-345). Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- DeVito, C. & Hopkins (2001). Attachment, parenting and marital dissatisfaction as predictors of disruptive behavior in preschoolers. *Development and Psychopathology*, 13, (pp. 215-231).
- Fonseca, A. C. (2002). *Comportamento Anti-Social e Família: Uma Abordagem Científica*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. C. & Simões, M. C. (2002). Estudo do comportamento anti-social: algumas considerações metodológicas. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-Social e Família* (pp. 475-499). Coimbra: Almedina.
- Greenberg, M. (1999). Attachment and psychopathology in childhood. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical implications* (pp. 469-496). New York: The Guildford Press.
- Guedeney, A. (2004). A teoria da vinculação: A história e as personagens. In N. Guedeney & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e aplicações* (pp. 25-31). Lisboa: Climepsi.
- Johnstone, L. & Cooke, D. J. (2002). Psicopatologia dos pais e comportamento anti-social dos filhos. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-Social e Família: Uma Abordagem Científica* (pp. 317-371). Coimbra: Almedina.
- Jongenelen, I. (2004). Vinculação em mães adolescentes e seus bebês: Da matriz relacional à matriz



- contextual. *Tese de Doutoramento não publicada, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal.*
- Le Blanc, M. & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-Social e Família: Uma Abordagem Científica* (pp. 37-92). Coimbra: Almedina.
- Lyons-Ruth, K., Bronfman, E., & Parsons, E. (1999). Atypical attachment in infancy and early childhood among children at developmental risk. Part IV. Maternal frightened, frightening, or atypical behavior and disorganized infant attachment patterns. In J. Vondra & D. Barnett (Eds.), *Atypical patterns of infant attachment: Theory, research, and current directions. Monographs of the Society for Research in Child Development, 64,3*, Serial No. 258, (pp. 67-96).
- Main, M., Hesse, E., & Kaplan, N. (2005). Predictability of attachment behaviour and representational processes at 1, 6, and 19 years of age: The Berkeley longitudinal study. In K. E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 245-304). New York: The Guilford Press.
- Machado, T. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-Social e Crime: Da Infância à Idade Adulta* (pp. 291-321). Coimbra: Almedina.
- Martins, M. J. (2005). O problema da violência escolar: Uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação, 18*, 001, (pp. 93-115).
- Moffitt, T. E. & Caspi, A. (2002). Como prevenir a continuidade intergeracional do comportamento anti-social: implicações da violência entre companheiros. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-Social e Família: Uma Abordagem Científica* (pp. 373-396). Coimbra: Almedina.
- Soares, I. (2007). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação In I. Soares (Ed.), *Relações de Vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 13-45). Braga: Psiquilíbrios.
- Sroufe, L. A., Egeland, B., Carlson, E. A., & Collins, W. A. (2005). Placing early attachment experiences in developmental context: The Minnesota Longitudinal Study. In K. E. Grossmann, K. Grossmann & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 48-70). New York: The Guilford Press.
- Tremblay, R. E., Le Marquand, D. & Vitaro, F. (2000). A prevenção do comportamento anti-social. *Revista Portuguesa de Pedagogia, XXXIV*, 1,2 e 3, (pp.491-553).
- van IJzendoorn (2002). Vinculação, moralidade emergente e agressão: para um modelo socioemocional e desenvolvimental do comportamento anti-social. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-Social e Família: Uma Abordagem Científica* (pp. 269-300). Coimbra: Almedina.



International Journal of Developmental and Educational Psychology
Psicología del desarrollo

INFAD, año XXVI
Número 1 (2014 Volumen 1)

© INFAD y sus autores
ISSN 0214-9877